SUMÁRIO

CAPÍTULO 1
DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO 1
1. Origem, conteúdo e objeto do direito constitucional 1
1.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico . 2
2. Classificação das Constituições 4
2.1. Quanto à origem 5
2.2. Quanto à forma 5
2.3. Quanto ao modo de elaboração 5
2.4. Quanto ao conteúdo 6
2.5. Quanto à estabilidade 6
2.6. Quanto à correspondência com a realidade 7
2.7. Quanto à extensão 8
2.8. Quanto à finalidade 8
2.9. Quanto à sistematização 9
3. Entrada em vigor de uma nova Constituição 10
3.1. Retroatividade mínima 11
3.2. Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita 12
3.2.1. Desconstitucionalização 12
3.3. Direito ordinário pré-constitucional incompatível 13
3.4. Direito ordinário pré-constitucional compatível 13
3.5. Direito ordinário pré-constitucional não vigente 17
3.6. Direito ordinário em período de *vacatio legis* 18
4. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade 19
4.1. Normas de eficácia plena 19
4.2. Normas de eficácia contida 19
4.3. Normas de eficácia limitada 20

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.3.1. Eficácia das normas programáticas 22
5. Interpretação da Constituição 23
5.1. Princípio da unidade da Constituição 23
5.2. Princípio do efeito integrador 24
5.3. Princípio da máxima efetividade 24
5.4. Princípio da justeza 24
5.5. Princípio da harmonização 25
5.6. Princípio da força normativa da Constituição 25
5.7. Interpretação conforme a Constituição 25
6. Poder constituinte 26
6.1. Conceito 26
6.2. Titularidade e exercício 27
6.3. Espécies 28

CAPÍTULO 2
PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ... 31
1. Princípios fundamentais 31
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico 35
2.1. Origem 35
2.2. Os quatro *status* de Jellinek 36
2.3. Distinção entre direitos e garantias 36
2.4. Características 37
2.5. Classificação 37
2.6. Destinatários 39
2.7. Relações privadas 39
2.8. Natureza relativa 40
2.9. Restrições legais 40
2.10. Conflito (ou colisão) 41
2.11. Renúncia 42
3. Os direitos fundamentais na CF/88 – aspectos gerais 42
3.1. Aplicabilidade imediata 43
3.2. Enumeração aberta 43
3.3. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional 44
3.4. Tribunal Penal Internacional 44

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. Direitos e deveres individuais e coletivos previstos na CF/88 (art. 5.º) 45
4.1. Direito à vida 46
4.2. Direito à liberdade 46
4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, *caput*, e inciso I) 47
4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II) 48
4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV) 49
4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII) 51
4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X) 52
4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI) 53
4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII) 54
4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII) 55
4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI) 55
4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX) 56
4.13. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI) 57
4.14. Desapropriação (art. 5.º, XXIV) 59
4.15. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV) 60
4.16. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII) 60
4.17. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII) 61
4.18. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, "a") 61
4.19. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, "b") 62
4.20. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV) 62
4.21. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI) 64
4.22. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII) 65
4.23. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII) 65
4.24. Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL) 67
4.25. Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII) 68
4.26. Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV) 68
4.27. Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV) 69

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.28. Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII) 70
4.29. Extradição (art. 5.º, LI e LII) 70
4.30. Devido processo legal (art. 5.º, LIV) 71
4.30.1. Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade 71
4.31. Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV) 73
4.31.1. Ampla defesa e duplo grau de jurisdição 73
4.32. Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI) 74
4.33. Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII) 76
4.34. Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII) 76
4.35. Ação privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX) 77
4.36. Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI) 78
4.37. Direito à não-auto-incriminação e outros direitos do preso (art. 5.º, LXII, LXIII, LXIV e LXV) 79
4.38. Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII) 80
4.39. Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV) 81
4.40. Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV) 81
4.41. Gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito (art. 5.º, LXXVI) 82
4.42. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII) 82
4.43. *Habeas corpus* (art. 5.º, LXVIII) 83
4.44. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX) 86
4.44.1. Mandado de segurança coletivo 88
4.45. Mandado de injunção 89
4.46. *Habeas data* 92
4.47. Ação popular 94
5. Direitos sociais 96
5.1. Noções 96
5.2. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11) . 98
5.3. Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social 99
5.4. Concretização dos direitos sociais e a "reserva do financeiramente possível" 100
6. Nacionalidade 102

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.1. Noções 102
6.2. Espécies de nacionalidade 103
6.3. Critérios de atribuição de nacionalidade 103
6.4. Brasileiros natos (aquisição originária) 103
6.5. Brasileiros naturalizados (aquisição secundária) 104
6.6. Portugueses residentes no Brasil 105
6.7. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado 106
6.8. Perda da nacionalidade 106
6.9. Dupla nacionalidade 107
7. Direitos políticos 107
7.1. Noções 107
7.2. Direito ao sufrágio 108
7.3. Capacidade eleitoral ativa 108
7.4. Plebiscito e referendo 109
7.5. Capacidade eleitoral passiva 110
7.6. Inelegibilidades 111
7.6.1. Inelegibilidade absoluta 112
7.6.2. Inelegibilidade relativa 112
7.7. Privação dos direitos políticos 116
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral 116

CAPÍTULO 3
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA 117
1. Introdução 117
2. Formas de Estado 117
3. Formas de governo 119
4. Sistemas de governo 119
5. Regimes de governo 122
6. A Federação na Constituição de 1988 123
6.1. União 124
6.2. Estados-membros 125
6.2.1. Auto-organização e autolegislação 125
6.2.2. Autogoverno 126
6.2.3. Auto-administração 127
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente 127

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3. Municípios 128
6.4. Distrito Federal 131
6.5. Territórios Federais 132
6.6. Formação dos estados 132
6.7. Formação dos municípios 133
6.8. Formação dos Territórios Federais 134
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados 134
7. Intervenção federal 135
7.1. Intervenção federal espontânea 135
7.2. Intervenção federal provocada 136
7.3. Decreto interventivo 137
7.4. Controle político 138
8. Intervenção nos municípios 138

CAPÍTULO 4
REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS 141
1. Noções 141
1.1. Espécies de competências 141
1.2. Técnica adotada pela CF/88 142
2. Competências da União 143
3. Competência comum 147
4. Competência legislativa concorrente 148
5. Competências dos estados 150
6. Competências do Distrito Federal 151
7. Competências dos municípios 152

CAPÍTULO 5
PODER LEGISLATIVO 155
1. Funções 155
2. Composição 156
2.1. Congresso Nacional 156
2.2. Câmara dos Deputados 157
2.3. Senado Federal 157
3. Órgãos 158
3.1. Mesas diretoras 158

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2. Comissões 159
3.2.1. Comissões parlamentares de inquérito 160
3.3. Plenário 165
4. Reuniões 165
5. Atribuições 167
5.1. Atribuições do Congresso Nacional 167
5.2. Atribuições da Câmara dos Deputados 169
5.3. Atribuições do Senado Federal 170
5.4. Convocação e pedido de informações a Ministro de Estado . 172
6. Estatuto dos congressistas 173
6.1. Imunidades 173
6.1.1. Imunidade material 173
6.1.2. Imunidade formal 174
6.2. Foro especial em razão da função 176
6.3. Afastamento do Poder Legislativo 177
6.4. Desobrigação de testemunhar 177
6.5. Incorporação às Forças Armadas 178
6.6. Subsistência das imunidades 178
6.7. Incompatibilidades 178
6.8. Perda do mandato 179
6.9. Renúncia ao mandato 180
6.10. Manutenção do mandato 181
6.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores 181
7. Tribunais de contas 182
7.1. Tribunal de Contas da União 182
7.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais 186

CAPÍTULO 6
PROCESSO LEGISLATIVO 189
1. Conceito 189
2. Classificação 189
3. Processo legislativo ordinário 190
3.1. Fase introdutória 190
3.1.1. Iniciativa e Casa iniciadora 191
3.1.2. Iniciativa popular 191
3.1.3. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo 192

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.1.4. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário 192
3.1.5. Iniciativa em matéria tributária 193
3.1.6. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público 193
3.1.7. Iniciativa privativa e emenda parlamentar 194
3.1.8. Vício de iniciativa e sanção 194
3.2. Fase constitutiva 195
3.2.1. Abolição da aprovação por decurso de prazo 195
3.2.2. Atuação prévia das comissões 195
3.2.3. Deliberação plenária 196
3.2.4. Aprovação definitiva pelas comissões 197
3.2.5. Sanção 198
3.2.6. Veto 198
3.3. Fase complementar 200
3.3.1. Promulgação 200
3.3.2. Publicação 201
4. Procedimento legislativo sumário 203
5. Processos legislativos especiais 203
5.1. Emendas à Constituição 204
5.2. Medidas provisórias 205
5.2.1. Desnecessidade de convocação extraordinária 205
5.2.2. Limitações materiais 206
5.2.3. Procedimento legislativo 207
5.2.4. Prazo de eficácia 209
5.2.5. Trancamento de pauta 209
5.2.6. Trancamento subseqüente de pauta 209
5.2.7. Perda de eficácia 210
5.2.8. Apreciação plenária 210
5.2.9. Conversão parcial 211
5.2.10. Reedição 211
5.2.11. Medida provisória e impostos 212
5.2.12. Art. 246 da Constituição Federal 212
5.2.13. Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001 213
5.2.14. Retirada 213
5.2.15. Revogação 213
5.2.16. Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais 214

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2.17. Medida provisória nos estados-membros 215
5.3. Leis delegadas 215
5.4. Decretos legislativos 217
5.5. Resoluções 217
6. Processo legislativo nos estados-membros e municípios 218
7. Controle judicial do processo legislativo 218

CAPÍTULO 7
MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 219
1. Mutação, revisão e reforma 219
1.1. Revisão constitucional 220
1.2. Reforma constitucional 221
2. Limitações ao poder de reforma 222
2.1. Limitações temporais 223
2.2. Limitações circunstanciais 223
2.3. Limitações processuais ou formais 223
2.3.1. Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição 223
2.3.2. Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição 224
2.3.3. Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda 225
2.3.4. Limitações processuais ligadas à vedação de reapreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada 225
2.4. Limitações materiais 226
2.4.1. A expressão "não será objeto de deliberação" 227
2.4.2. A expressão "tendente a abolir" 228
2.4.3. Cláusula pétrea e "os direitos e garantias individuais" 228
3. Controle judicial do processo legislativo de emenda 229
4. Controle judicial de emenda promulgada 230
5. Reforma da Constituição estadual 231

CAPÍTULO 8
PODER EXECUTIVO 233
1. Noção de presidencialismo 233

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. Funções 234
3. Investidura 234
4. Impedimentos e vacância 236
5. Atribuições 237
6. Vice-Presidente da República 240
7. Ministros de Estado 240
8. Órgãos consultivos 241
9. Responsabilização 242
9.1. Crimes de responsabilidade 242
9.2. Crimes comuns 244
9.2.1. Imunidades 244
9.2.2. Prerrogativa de foro 245
10. Governadores de estado 247

CAPÍTULO 9
PODER JUDICIÁRIO 249
1. Introdução 249
2. Órgãos do Poder Judiciário 250
3. Funções típicas e atípicas 252
4. Garantias do Poder Judiciário 252
5. Organização da carreira 254
6. Garantias aos magistrados 256
7. Vedações 257
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário 257
9. Conselho Nacional de Justiça 258
10. Supremo Tribunal Federal 261
10.1. Competências 262
11. Superior Tribunal de Justiça 265
11.1. Competências 265
12. Justiça Federal 268
13. Justiça do Trabalho 271
14. Justiça Eleitoral 273
15. Justiça Militar 275
16. Justiça Estadual 275

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

17. Justiça do Distrito Federal 276
18. Justiça dos Territórios 277
19. "Quinto constitucional" 277
20. Julgamento de autoridades 277
21. Precatórios judiciais 280

CAPÍTULO 10
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 283
1. Introdução 283
2. Ministério Público 283
2.1. Composição 284
2.2. Posição constitucional 284
2.3. Princípios do Ministério Público 285
2.3.1. Princípio da unidade 285
2.3.2. Princípio da indivisibilidade 285
2.3.3. Princípio da independência funcional 285
2.3.4. Autonomia administrativa e financeira 286
2.3.5. Princípio do promotor natural 287
2.4. Funções do Ministério Público 287
2.5. Ingresso na carreira 288
2.6. Nomeação dos Procuradores-Gerais 288
2.7. Garantias dos membros 290
2.8. Vedações constitucionais 290
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público 291
2.10. Ministério Público junto aos tribunais de contas 293
2.11. Prerrogativa de foro 293
3. Advocacia pública 294
4. Advocacia 295
5. Defensoria Pública 296

CAPÍTULO 11
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 297
1. Introdução 297
2. Conceito e espécies de inconstitucionalidades 299
2.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão 299

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.2. Inconstitucionalidade material e formal 300
2.3. Inconstitucionalidade total e parcial 300
2.4. Inconstitucionalidade direta e indireta 301
2.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente 302
3. Sistemas de controle 302
4. Modelos de controle 303
5. Vias de ação 303
6. Momento do controle 305
7. Características gerais do controle jurisdicional de constitucionalidade na Constituição de 1988 305
8. Fiscalização não-jurisdicional 307
8.1. Poder Legislativo 308
8.2. Poder Executivo 309
8.3. Tribunais de contas 310
9. Controle difuso 310
9.1. Introdução 310
9.2. Legitimação ativa 311
9.3. Espécies de ações judiciais 311
9.4. Competência 312
9.5. Efeitos da decisão 313
9.6. Atuação do Senado Federal 314
9.7. Súmula vinculante 316
9.7.1. Iniciativa 317
9.7.2. Atuação do Procurador-Geral da República 318
9.7.3. Manifestação de terceiros 318
9.7.4. Requisitos 318
9.7.5. Deliberação 319
9.7.6. Alcance da força vinculante 319
9.7.7. Início da força vinculante 320
9.7.8. Descumprimento da súmula vinculante 320
9.7.9. Situação das súmulas anteriores à EC 45/2004 320
10. Controle abstrato 321
10.1. Introdução 321
10.2. Ação direta de inconstitucionalidade 321
10.2.1. Conceito 321
10.2.2. Legitimação ativa 322

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

10.2.3. Objeto 324
10.2.4. Causa de pedir aberta 325
10.2.5. Petição inicial 326
10.2.6. Imprescritibilidade 326
10.2.7. Impossibilidade de desistência 327
10.2.8. Pedido de informações 327
10.2.9. Impossibilidade de intervenção de terceiros 328
10.2.10. Admissibilidade de *amicus curiae* 328
10.2.11. Atuação do Advogado-Geral da União 329
10.2.12. Atuação do Procurador-Geral da República 330
10.2.13. Medida cautelar em ADI 331
10.2.14. Decisão de mérito 333
10.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão 337
10.3.1. Introdução 337
10.3.2. Legitimação ativa 338
10.3.3. Legitimação passiva 339
10.3.4. Objeto 340
10.3.5. Não-atuação do Advogado-Geral da União 340
10.3.6. Inexistência de medida cautelar 340
10.3.7. Efeitos da decisão de mérito 340
10.4. Ação declaratória de constitucionalidade 341
10.4.1. Introdução 341
10.4.2. Principais aspectos comuns 342
10.4.3. Objeto 343
10.4.4. Relevante controvérsia judicial 344
10.4.5. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma 344
10.4.6. Medida cautelar 345
10.4.7. Não-atuação do Advogado-Geral da União 345
10.5. Argüição de descumprimento de preceito fundamental .. 345
10.5.1. Introdução 345
10.5.2. Objeto da ADPF e conteúdo do pedido 346
10.5.3. Preceito fundamental 347
10.5.4. Subsidiariedade da ADPF 348
10.5.5. Competência e legitimação 348
10.5.6. Medida liminar 348
10.5.7. Decisão 349

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

10.6. Controle abstrato nos estados 352
10.6.1. Introdução 352
10.6.2. Competência 353
10.6.3. Legitimação 353
10.6.4. Parâmetro de controle 354
10.6.5. Simultaneidade de ações diretas 354
10.6.6. Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual 356
10.6.7. Distrito Federal 357
10.6.8. Representação interventiva 357

CAPÍTULO 12
DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 359
1. Introdução 359
2. Estado de defesa 359
2.1. Prazo 360
2.2. Abrangência 361
2.3. Medidas coercitivas 361
2.4. Controle 362
3. Estado de sítio 363
3.1. Pressupostos 363
3.2. Duração 364
3.3. Abrangência 364
3.4. Medidas coercitivas 364
3.5. Controle 365
4. Forças Armadas 366
5. Segurança pública 367

CAPÍTULO 13
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 369
1. Introdução 369
2. Princípios gerais da atividade econômica 370
2.1. Fundamentos: livre iniciativa e valorização do trabalho humano 370
2.2. Princípios básicos da ordem econômica 371

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.2.1. Soberania nacional 371
2.2.2. Propriedade privada e sua função social 372
2.2.3. Livre concorrência 372
2.2.4. Defesa do consumidor 373
2.2.5. Defesa do meio ambiente 373
2.2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego 374
2.3. Liberdade de exercício de atividades econômicas 374
2.4. Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito 375
2.5. Atuação do Estado como prestador de serviços públicos .. 377
2.6. Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio 378
2.7. Atuação do Estado como agente regulador 380
2.8. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica 381
3. Política urbana 382
4. Política agrícola e fundiária; reforma agrária 384
5. Sistema financeiro nacional 387

CAPÍTULO 14
ORDEM SOCIAL 389
1. Seguridade social 389
1.1. Saúde (arts. 196 a 200) 390
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202) 392
1.2.1. Regras para aposentadoria 393
1.2.2. Regime de previdência privada complementar 393
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204) 394
2. Educação (arts. 205 a 214) 395
2.1. Princípios constitucionais do ensino 395
2.2. Autonomia das universidades 396
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino 396
2.4. Participação da iniciativa privada 397
2.5. Organização dos sistemas de ensino 397
2.6. Aplicação de recursos na educação 397
2.7. Plano nacional de educação 398

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. Cultura (arts. 215 e 216) 398
4. Desporto (art. 217) 399
5. Ciência e tecnologia (arts. 218 e 219) 400
6. Comunicação social (arts. 220 a 224) 400
6.1. Comunicação social e liberdade de informação 401
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação 401
6.3. Participação do capital estrangeiro 402
6.4. Controle do Legislativo e delegação 402
7. Meio ambiente (art. 225) 403
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente e ao idoso 404
9. Índios 407

BIBLIOGRAFIA 409

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br